

Questão 1

O autor pretende fazer um panorama dos procedimentos das agências do governo para a concessão de ajudas sociais e o arcabouço jurídico relacionado. Existe uma necessidade de revisar as bases jurídicas de assistência social para impedir abusos contra os usuários desses programas.

Questão 2

- a) Em Luisiana os benefícios são suspensos se a mãe beneficiária der a luz a um filho ilegítimo.
- b) Na Califórnia são cancelados os benefícios da mãe assistida que desvie o dinheiro em benefício de algum homem que não seja seu marido legítimo, se este mesmo benefício é usado para manter o marido legítimo não há corte no pagamento.
- c) Em outros estados, mães de filhos ilegítimos podem ser dissuadidas de procurar ajuda social por medo de procedimentos perversos que podem levar à perda da custódia de seus filhos.

Questão 3

O perfil de quem recebe benefícios revela que são pessoas que desconhecem seus direitos, não entendem bem os processos, não têm como enfrentar a uma grande instituição estatal, não têm ajuda profissional para o entendimento dos processos jurídicos necessários.

Questão 4

Juridicamente, se entende que se a assistência vem de fundos públicos que por sua vez são abastecidos por dinheiro de todas as pessoas, é aceitável que a rota desse dinheiro seja seguida e que seu uso seja controlado.

Os beneficiários, necessitados da ajuda do governo, são facilmente regulados. Segundo o autor, os assistentes sociais, descritos no texto como (portadores de atitudes) moralistas, se veem tentados a não apenas dar a assistência necessária como também impor condutas ditas virtuosas segundo seus próprios critérios.

Questão 5

Nos últimos trinta anos foi produzido um grande acervo prático e jurídico sobre os procedimentos das agências governamentais que assumiram a regulamentação dos assuntos econômicos.

Precisamos realizar pesquisas jurídicas sistemáticas para examinar as leis, regulamentos, manuais e práticas que determinam em quais aspectos as mudanças são necessários. Os juristas simplesmente não estavam disponíveis quando a ajuda deles era necessária. Não havia (houve) praticamente nenhuma fonte de ajuda jurídica organizada para atender pessoas com problemas relacionados à assistência social. Hoje em dia, na medida em que a lei está se tornando cada vez mais nosso principal instrumento de política social, não podemos continuar permitindo essa falta de compromisso.

A Lei da Assistência Social supõe (supunha) um distanciamento da filosofia geral do bem-estar social.